



19 Congresso de Iniciação Científica

CONTRIBUIÇÕES DE TRÊS DAS PRINCIPAIS ESCOLAS ANTROPOLÓGICAS PARA OS ESTUDOS DO LAZER

Autor(es)

NATALIA PUKE

Orientador(es)

NELSON CARVALHO MARCELLINO

Apoio Financeiro

PIBIC/CNPQ

1. Introdução

O lazer a partir de uma perspectiva ampla é compreendido como uma manifestação cultural que estabelece múltiplas relações com tudo aquilo que constitui a sociedade e a cultura. Nesta ótica, Marcellino (2007) aponta que o lazer pode ser compreendido conceitualmente como, Cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo/espaço e atitude [...]; o tempo a ser privilegiado para a vivência de valores que contribuam com mudanças de ordem moral e cultural [...]; portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação, considerando, assim, não apenas as suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2007, pp. 46 - 47). Doravante, constatado que o lazer é também um indicativo sintomático das problemáticas socioeconômicas e culturais, na medida em que ele está relacionado à rotina do trabalho, às práticas mercadológicas e às formas de exclusão e alienação social, se faz necessário, portanto, lançar o olhar de outros campos do saber, tal como a antropologia, para que tenhamos uma compreensão mais vasta das questões metodológicas das pesquisas relativas ao lazer, e um melhor entendimento do seu significado para o ser humano contemporâneo.

2. Objetivos

Sendo o escopo da antropologia o estudo do homem inteiro nas suas múltiplas dimensões em sociedade e diversidades culturais, este projeto pretende, mediante a investigação das escolas antropológicas evolucionista, culturalista e funcionalista, contribuir para os estudos e novas perspectivas do lazer. Cabe, portanto, pensar o lazer a partir das diversas manifestações culturais, no intento de transpor o seu enquadramento constitucional, que o vincula apenas como um subitem do esporte. Procuramos destacar e analisar as formas discursivas das escolas antropológicas supracitadas, além de abordar também, a transversalidade do conceito de trabalho, do discurso midiático e do consumo, que tensionam a sua prática e atitude.

3. Desenvolvimento

O trabalho foi efetuado por pesquisa bibliográfica, no Sistema de Bibliotecas da UNIMEP e ferramentas disponíveis na Internet. As

obras foram selecionadas por ordem cronológica e investigadas por análise textual, temática, interpretativa e crítica, (SEVERINO, 1980) sempre abordando o método enquanto abordagem e processo discursivo (BRUYNE et alli, 1977).

4. Resultado e Discussão

Os antropólogos evolucionistas são representantes da antropologia de gabinete, que é o estudo baseado em relatos sem evidência científica, construído através da coleta de informações feita por missionários, comerciantes, viajantes ou observadores superficiais, e não mediante um levantamento etnográfico empírico junto a cultura e linguagem das sociedades investigadas. Embebidos pelo espírito progressista do século XIX e influenciados pelos estudos das ciências biológicas - predominante em termos de matriz nos saberes do século XIX -, e, sobretudo, pela abordagem positivista da história, os antropólogos evolucionistas compreendem o processo histórico cultural hierarquizado em estágios, que por sua vez, se desenvolve linearmente a partir de uma única origem e para uma finalidade uníssona o progresso. A perspectiva evolucionista em antropologia baseia-se fundamentalmente no seguinte raciocínio: reduzir as diferenças culturais a estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo (CASTRO, 2009, p. 27). Todas as culturas deveriam obrigatoriamente desenvolver-se pela seguinte ordem evolutiva: selvageria, barbárie e civilização. Segundo Laplantine (2007), o objetivo desses antropólogos não era compreender as especificidades das diversas culturas consideradas primitivas, mas sim, encontrar os exemplos etnográficos que pudessem ilustrar o processo grandioso que conduz as sociedades primitivas a se tornarem sociedades civilizadas (LAPLANTINE, 2007, p. 70). Entre os antropólogos evolucionistas analisamos o norte-americano Lewis Henri Morgan (1818 - 1881) que discorre, na obra *Sociedade Primitiva*, que todas as tribos que nunca alcançaram a arte da cerâmica são consideradas selvagens, e as que nunca alcançaram o alfabeto fonético e o uso da escrita, são classificadas como bárbaras. Segundo o autor, os antepassados das tribos gregas, romanas e germânicas passaram pelos estágios que indicamos, e, na metade do último, a luz da história caiu sobre eles (MORGAN, 1973, p. 29). Essa citação assinala implicitamente, segundo sua abordagem, a superioridade das sociedades europeias em relação as demais e afirma a ideia de uma verdade, de um referencial e apogeu cultural a ser alcançado. O escocês James George Frazer (1854 - 1941), outro representante do evolucionismo também investigado neste projeto, enfatiza no artigo *O Escopo da Antropologia Social*, publicado originalmente em 1909 (CASTRO, 2009), que o objetivo da antropologia é descobrir as leis gerais às quais se possa presumir que os fatos particulares se conformam (FRAZER, 2009, p. 103 - 104). Sua perspectiva em relação aos povos considerados primitivos é hostil e pejorativa, na medida em que ressalta que o selvagem é um documento humano, um registro dos esforços do homem para se elevar acima do nível da besta (FRAZER, 2009, p. 121). Dentro da concepção evolucionista, a humanidade teria apenas uma trajetória, portanto, não haveria espaço para as diversidades e especificidades culturais. Desse modo, segundo Laplantine (2007, p. 69), o evolucionismo aparece logo como justificativa teórica de uma prática: o colonialismo. Mais complexo que esta abordagem, encontramos o discurso funcionalista, que por sua vez fundamenta-se basicamente na possibilidade de estabelecer uma relação da análise social ao funcionamento dos sistemas biológicos. Para cobrir teoricamente esta perspectiva antropológica analisamos o polonês Bronislaw Malinowski (1884 - 1942) e o inglês Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881 - 1955) - que contrariamente aos evolucionistas - apresentam uma perspectiva relativista da cultura e defendem que a antropologia deve ser uma análise decorrente do contato real com os nativos. No livro *Uma Teoria Científica da Cultura*, Malinowski infere que todas as culturas têm como principal denominador comum um conjunto de tipos institucionais (família, religião, educação, economia e política), que correspondem a organização e funcionalidade de uma sociedade. Nesse sentido, a instituição não só possui em corpo material, mas também um estatuto legal e simbólico e está relacionada com as necessidades primárias, isto é, biológicas, ou derivadas, isto é, culturais. O conceito de cultura para Malinowski (1970, pp. 69 - 70), deve ser compreendido como um meio para um fim, isto é, instrumentalmente e funcionalmente. Nesse sentido, a cultura é compreendida em relação ao conceito de função, pois se apresenta tal como um aparato instrumental que possibilita o homem a lidar com a hostilidade do ambiente natural e a viver em um ambiente melhor através da criação de artefatos, organização em grupos cooperativos e também do desenvolvimento do conhecimento: do sentido de valor e ética (MALINOWSKI, 1970, p. 43). Assim, em todas as atividades verificamos que o uso de um objeto como parte de um comportamento técnico, legal ou ritualmente determinado leva os seres humanos a satisfação de alguma necessidade (MALINOWSKI 1970, p. 144). Radcliffe-Brown (1881 - 1955) apresenta uma concepção distinta do conceito de função e discorre que ele é apenas uma hipótese, uma vez que toda matéria impressa pelos antropólogos é circunstancial. Na obra *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva* o autor salienta que a escola funcional não existe, pois é um mito inventado irresponsavelmente por Malinowski. Entretanto, suas observações sobre o conceito de função e estrutura nos trazem significativas contribuições para a análise do funcionalismo. O conceito de cultura para o autor é entendido como o processo e meio pelo qual uma pessoa adquire conhecimento, especialidade, ideias, crenças, gostos e sentimentos, mediante contato com outras pessoas, ou pelo trato com outras coisas, tais como livros ou obras de arte (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 14). Dessa maneira, a cultura seria um sistema social que pode ser caracterizado por três conceitos que estão logicamente inter-relacionados: processo, estrutura e função. O processo é a própria cultura, a sua estabilidade, reprodução e continuidade. A estrutura se refere a uma rede de relações socialmente existentes (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 20), e que se mantém não por conjunções acidentais de indivíduos, mas por determinações do próprio processo social, isto é, por normas, regras ou padrões. Por fim, a função social seria um modo padronizado de agir ou pensar relacionado com a estrutura social. Na contramão dessas formas discursivas, mas dialogando e ampliando as abordagens antropológicas supracitadas, analisamos também a antropologia culturalista. Assim sendo, os antropólogos escolhidos para atender essa perspectiva foram: o alemão naturalizado norte-americano Franz Uri Boas (1858 - 1942) e o estadunidense Clifford James

Geertz (1926 2006). Boas (2010) o primeiro a tratar a palavra cultura no plural, acentua a importância do acesso à língua da cultura na qual se trabalha, visto que o costume só tem significado se for relacionado com um contexto particular. Nesse sentido, para Boas (2010) cada sociedade garante para si a estrutura de totalidade autônoma, portanto, o que há de natural na espécie humana é a sua aptidão à variação cultural. Essa perspectiva provoca uma descentralização radical sobre a cultura, ou seja, uma ruptura com a ideia de centro do mundo, tal como preconizavam os antropólogos evolucionistas. Embora Boas (2010) acentue que é provável que as culturas se desenvolvam pelas mesmas causas, as ideias não existem de forma idênticas em toda parte: elas variam (BOAS, 2010, p. 27), pois os mesmos fenômenos podem se desenvolver por uma multiplicidade de caminhos (BOAS, 2010, p. 30). Geertz apresenta uma abordagem semiótica da cultura e defende que a antropologia é uma análise etnográfica densa e interpretativa. Tal como Max Weber, o autor acredita que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu (GEERTZ, 1989, p. 15). Desse modo, para Geertz (1989), o trabalho da análise etnográfica é similar ao de um decifrador de códigos, ou ainda, semelhante a um crítico literário, que determina a base social e importância da obra. Segundo Geertz (1989) há quatro características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o dito num tal discurso, da sua possibilidade de extinguir-se e fixa-lo em formas pesquisáveis; e a descrição é microscópica. Acerca dessas proposições sua abordagem semiótica pretende captar no entrelaçado dos jogos simbólicos do comportamento, ou seja, no fluxo da ação social, os significantes e os significados que determinam as formas culturais.

5. Considerações Finais

O discurso evolucionista, caracterizado por uma concepção eurocêntrica da cultura, favorece as formas e perspectivas elitistas, bem como, as práticas de dominação social a que até mesmo o lazer está sujeito. Nesse sentido, podemos inferir que algumas instituições de fomento e desenvolvimento do lazer produzem o que podemos nomear de lazer de gabinete, ao passo que pretensiosamente inserem pacotes de atividades ou até mesmo, constroem áreas de recreação sem consultar as especificidades das determinadas comunidades, que virão a usufruir desses recursos. Quanto à abordagem funcionalista pudemos observar que o lazer enquanto função pode ser um aparato instrumentalizado em benefício do funcionamento da estrutura capitalista. Essa perspectiva anula a singularidade e autonomia do indivíduo em prol da sustentabilidade da lógica mercadológica. Mas em contrapartida, há a possibilidade de se pensar, que a função do lazer pode ser re-significada pelo e a partir do próprio sujeito. Sendo o lazer o tempo disponível, é neste tempo em há a possibilidade de o sujeito construir sentido e formas que o permita a compreender a si mesmo e tudo aquilo que o circunda, ou seja, o lazer como função para o próprio desenvolvimento social e ético. Acerca da perspectiva particularista e interpretativa presente no discurso cultural antropológico, percebemos a necessidade de compreender as especificidades culturais das diversas localidades e/ou comunidades que usufruem das políticas públicas concernentes ao lazer. Nesse sentido, concluímos, portanto, que os projetos de lazer só podem ter significado e êxito, se os profissionais que atuam na área fizerem uma análise densa, penetrando na vivência e no campo de significações das comunidades e cidades. Concluindo, em virtude da complexidade do tema abordado e normas estabelecidas para a produção desse artigo, nossas proposições, talvez apresentem algumas lacunas. Entretanto, essas falhas poderão ser preenchidas no discurso apresentado no dia da Mostra Acadêmica.

Referências Bibliográficas

BRUYNE, P. & Outros. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. BOAS, Franz. (1896 e 1920). As limitações do método comparativo da antropologia e Os métodos da etnologia. In: CASTRO, Celso (Org.). Franz Boas. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010. CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro, Zahar, 2009. CASTRO, Celso. Franz Boas Antropologia Cultural. Rio de Janeiro, 2010. FRAZER, James G. (1911). O Ramo de Ouro. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A, 1982. _____. (1908) O escopo da Antropologia Social. In: Castro, Celso (org.). Evolucionismo cultural. Rio de Janeiro, Zahar, 2005. GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa da Cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo, Brasiliense, 2007. MORGAN, Lewis H. (1877). A Sociedade Primitiva. Lisboa, Editorial Presença, 1973. MARCELLINO, N. C. Lazer e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, W. M. (Org.). Qualidade de Vida. São Paulo, Papyrus, 2007. MALINOWSKI, Bronislaw. Uma Teoria Científica da Cultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis, Vozes, 1973. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez, 1993.